

“NINGUÉM ME CALA!” POR UMA CIDADANIA PENSADA COM MULHERES NEGRAS

Agatha Rolim¹

Resumo:

O presente artigo foi proposto para a disciplina de política e organização da educação básica da universidade federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ministrada pela professora Egsilene De Nez, que possui caráter obrigatório para os cursos de licenciatura da dita universidade. Neste busco explicitar, alicerçado em um referencial afro centrado "O que é ser cidadão?" Na perspectiva de mulheres negras.

Palavras-chaves: Cidadania. Mulheres negras. Pós-abolição.

Abstract:

The present article was proposed for the course in Politics and Organization of Basic Education at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), taught by Professor Egsilene De Nez. This course holds mandatory status for the teaching degree programs within the mentioned university. In this article, I aim to elucidate, grounded in an Afrocentric framework, "What does it mean to be a citizen?" from the perspective of black women.

Keywords: Citizenship. Black women. Post-abolition.

Introdução

“No inventário deixado pelas minhas ancestrais
havia um número infinito de herdeiros arrolados
entre os itens listados um pedido
Tomem de volta tudo o que nos foi roubado
Tomem de volta nossa história
Pichem bem grande onde todos possam ver
que ela é negra.”
(Jóia²; **Inventário**,2023)

Introdução

Segundo Houel e Rainis todos os indivíduos membros de um Estado podem ser considerados cidadãos, quando nascem, passam a usufruir de determinados direitos e obrigações. Florestan Fernandes nos auxilia a compreender as dificuldades e desafios históricos enfrentados pelos cidadãos na constante busca e manutenção de seus direitos.

¹ Graduanda do curso de licenciatura em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Email: agathasilvarolim@gmail.com.

² Joia é o nome artístico que a autora deste artigo utiliza nas rodas e competições de poesia Slam.

Porém Florestan, assim como Lima, Junior e Brzezinski em seu artigo "Cidadania: sentidos e significados" não racializam o debate, mantendo suas argumentações direcionadas aos problemas ligados às desigualdades de classes, entretanto como destaca Sueli Carneiro “a pobreza tem cor no Brasil”.

Para historicizar o conceito de cidadania, me deslocando de um olhar sobre um passado eurocêntrico, predominante masculino e grego, me direciono mais ao sul, abordarei aqui os estudos de pós abolição. Como pensar a cidadania quando uma grande parcela da população foi cerceada de uma série de direitos, incluindo o de ser considerado humano? Como entender cidadania a partir de um pressuposto universalizante de que todos são iguais perante a lei, quando alguns determinados grupos passaram por diversos processos históricos de interdição ao livre exercício dessas cidadanias.

Os processos de deterioração do regime escravista estão visceralmente ligados aos processos de cidadania que se constituíram nas novas nações em construção (RIOS; MATOS.2004). Porém estes projetos de sociedade em construção no pós abolição, gestados por elites políticas, alicerçados em conceitos eugênicos e uma ideologia racista a qual o Brasil ainda conserva em suas raízes, tendo o branqueamento da nação como política de estado buscavam manter a população negra a margem, excluída destes processos.

É, portanto impossível pensar a cidadania sem refletir sobre os diversos processos históricos de exclusão e resistência da população negra. Os significados do que é ser cidadão foram sendo constantemente questionados e ressignificados, tornando atualmente o conceito de cidadania passível de múltiplas significações.

As lutas por educação e cidadania da população negra no Brasil datam de muito antes de um imediato pós abolição e se estendem ao longo da história do país. Assim sendo, alicerçado nos conceitos de um feminismo afrolatino americano de Lélia Gonzales, nos processos de escritas de vivências que refletem mais do que experiências particulares cunhado por Conceição Evaristo e na importância da construção de uma história intelectual de mulheres negras apoiado por Giovana Xavier. Optei por realizar entrevistas com mulheres negras graduandas do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), buscando refletir sobre a polissemia dos conceitos de cidadania pensando em conjunto com as respostas das entrevistadas.

Metodologia

Foi feita a criação de um Google forms, que possui como título a pergunta; “O que é cidadania para mulheres negras?”. Logo abaixo uma breve apresentação dos objetivos da coleta de respostas para a construção do presente artigo e apenas duas questões a serem respondidas, a primeira explicava a acerca do anonimato das respostas e permitia que as participantes se auto descrevessem, a segunda continha a pergunta “O que é ser cidadão?” e nada mais, buscando não influenciar as respostas das entrevistadas.

O Forms foi enviado em um grupo de whatsapp formado por estudantes negros do curso de história da UFRGS com o pedido de que aquelas que se identificassem com o gênero feminino respondessem ao formulário, as três respostas a qual discorremos a seguir foram obtidas no início de junho de 2023. Devido ao anonimato das respostas eu mesma não sei quem foram as três mulheres negras entrevistadas entre as muitas integrantes do grupo.

Pensando o que é ser cidadão com mulheres negras

A primeira a responder o questionário se identificou apenas como “mulher preta”. E sua resposta foi : “É ter direito à vida, sem medo da condição de mulher preta. Ter direito a saúde, segurança e educação. É participar ativamente das atividades da sociedade, tendo igualdade de fala e voto , pensando sempre na comunidade geral.”

A segunda entrevistada também se identificou como “mulher preta” e a pergunta respondeu o seguinte: “Um indivíduo que exerce de maneira plena seus direitos e deveres na sociedade. Para isso, é necessário que meras previsões legislativas saiam do papel e que as políticas públicas alcancem amplamente os mais desfavorecidos.

A terceira e última resposta coletada se identificou como “Mulher, negra, cisgenero” e sobre a pergunta “O que é ser cidadão?” respondeu: Ser cidadão é ter poder de ação frente aos desafios de viver em sociedade, é escolher com autonomia em prol do seu bem e de sua comunidade. Acredito muito na lógica do UBUNTU, porque nós somos enquanto coletividade, mas ressignificar a pensar que nós somos enquanto pessoas que percebem e valorizam o seu local na coletividade.

Para além do binômio de direito e deveres, comumente atrelados às respostas acerca do que é ser cidadão, estas mulheres evocaram valores ancestrais. A última resposta obtida no questionário apóia sua argumentação no que ela intitula como “lógica ubuntu” o conceito de ubuntu é bastante discutido, tendo origem incerta no continente africano. Uma das traduções ou significações de ubuntu é “Sou porque nós somos.”

Esta antiga ética africana, pode ser percebida no que aqui apoiada por Azoilda Loretto da Trindade chamarei de “valores civilizatórios afro-brasileiros”³. Um destes valores é o comunitarismo/cooperativismo, valor este presente em todas as respostas coletadas.

E ninguém fica em silêncio...

Importante ressaltar que possuo profundas conexões com as mulheres que se dispuseram a responder o questionário, entre as coisas que me constituem, também sou uma mulher negra, cisgenero, estudante universitária, graduanda do curso de história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Como Saidiya Hartman descreve em seu livro *Perder a mãe*, eu como muitas outras pessoas descendentes da diáspora forçada de africanos que chegaram ao continente americano na condição de escravizados, já me senti uma “estrangeira”⁴ em meu próprio país. Escanteada pelo racismo a um não lugar existencial, condenadas a não pertencer ou a viver separadas por um véu que limitaria nosso pleno alcance a condição de cidadãos.

Retornando aos valores ancestrais, buscarei resaltar um elemento presente em todas as respostas, inclusive na minha; a coletividade. Angela Davis diz que “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”, quando mulheres negras se permitem refletir sobre o que significa ser cidadão com base em suas próprias epistemologias, é então possível repensar todo o conceito de cidadania e como o mesmo deságua em suas práticas. A escrita de mulheres negras é capaz não apenas de refletir as suas próprias experiências, mas as experiências coletivas, a trajetória de uma comunidade. Com a qual é possível perceber a partir das respostas, estamos bastante preocupadas.

Na música “O Que Se Cala”, Elza Soares faz uma pequena síntese da importância de mulheres negras romperem com o silêncio. “Mil nações moldaram minha cara, minha voz uso pra dizer o que se cala, o meu país é meu lugar de fala”. (SOARES, 2018).

³ Para mais informações consultar os materiais “A Cor da Cultura”.

⁴ Aqui escolhi utilizar estrangeira no mesmo sentido da tradução do livro de Hartman ao português, se direcionando para um não lugar existencial. (HARTMAN, 2021.)

A partir de seu lugar de enunciação, ou seja seu lugar de fala, termo amplamente disseminado pela filósofa Djamila Ribeiro, mulheres negras vem expressando suas demandas, de suas ancestrais e descendentes, suas vozes ecoam lutas e demandas históricas.

Portanto ser cidadão não é apenas pertencer a um determinado território, tendo nascido, ou tendo legalmente garantido o direito de existência e permanência neste, não se limita a uma série de direitos e deveres. Até porque muitas vezes, mesmo nascidas ou aceitas nestes territórios somos cerceadas de direitos básicos. Aqui como exemplo, trago os casos diários de racismo que assistimos veiculados na imprensa, o assassinato de mulheres negras em regiões periféricas do país⁵, a dor de mães que diariamente perdem seus filhos⁶, as mães de santo expulsas de suas comunidades⁷ sem direito de cultuar sua religião. Evocar nosso direito a pensar uma cidadania baseada em nossas epistemologias, nossos valores civilizatórios, baseada em Ubuntu, uma cidadania onde possamos compreender que como diz um ditado sul africano “uma pessoa é uma pessoa por causa de outras pessoas”, pensar cidadania em conjunto de mulheres negras é pensar uma cidadania que comporta todas as humanidades possíveis.

Gestar um conceito de cidadania com mulheres negras está intrinsecamente ligado como a professora Petronilha Gonçalves e Silva constantemente nos convida a refletir: “Com qual projeto de sociedade queremos construir?”

Proponho que pensar cidadania a partir da concepção que mulheres negras têm sobre o que é ser cidadão, é pensar em rede, romper com silêncios, entender que é impossível falar sobre cidadania se um ou outro grupo é colocado à margem. Em “Pedagogia do Oprimido” Freire afirma que a luta do oprimido liberta tanto o oprimido quanto o opressor (FREIRE, 1968), portanto enquanto as mulheres negras continuam sua jornada na direção da garantia e manutenção de suas cidadania, estão lutando por uma coletividade.

Segundo Azoilda Loretto da Trindade a “Invisibilidade é a morte em vida” portanto romper com o silêncio é rasgar os véus da invisibilidade, em um cenário de constante exclusão, falar por nós mesmas com base em nossas próprias referências. Gestar projetos de cidadania a partir das epistemologias de mulheres negras é sonhar com uma cidadania na qual todos se sentem cidadãos e onde ninguém mais se cala.

⁵ Ver mais em: <https://www.geledes.org.br/mais-da-metade-das-mulheres-mortas-pelas-policias-entre-2005-e-2015-eram-negras>

⁶ Ver mais em: <https://www.metropoles.com/materias-especiais/maes-que-perderam-seus-filhos-por-violencia-policia-lutam-por-justica>

⁷ Ver mais em: <https://www.geledes.org.br/crime-e-preconceito-maes-e-filhos-de-santo-sao-expulsos-de-favelas-por-traficantes-evangelicos/>

Referências

- ANGELA Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. **EL PAÍS**. Salvador, 27 jul. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html. Acesso em: 26 jun. 2023.
- ARAÚJO, Luciana. Mais da metade das mulheres mortas pelas polícias entre 2005 e 2015 eram negras. **Portal Geledés**, 8 jul. 2017. Disponível em: https://www.geledes.org.br/mais-da-metade-das-mulheres-mortas-pelas-policias-entre-2005-e-2015-eram-negras/?gclid=Cj0KCOQjw7uSkBhDGARIsAMCZNJuW7WJeuMHvrYNGpUdTe3uzNGkae5bq-w-JPUSI-ytedXpD0vQ0VW4aAhB9EALw_wcB. Acesso em: 26 jun. 2023.
- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de Outubro de 1988. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- CRIME e preconceito: mães e filhos de santo são expulsos de favelas por traficantes evangélicos. **Portal Geledés: O Globo**, 19 jan. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/crime-e-preconceito-maes-e-filhos-de-santo-sao-expulsos-de-favelas-por-traficantes-evangelicos/>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- ELZA Soares - O Que Se Cala (Áudio Oficial). **Youtube**, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5ypEw_9BFfQ. Acesso em: 26 jun. 2023.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 84°. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019. 256 p.
- GONZALES, Leila. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, [S. l.], p. 223-244.
- HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe: Uma jornada pela rota atlântica da escravidão**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. 364 p.
- LIMA, Maria; JUNIOR, Antônio; BRZEZINSKI, Iria. Cidadania: Sentidos e Significados. **Formação de Professores: Contextos, Sentidos e Significados**, [S. l.], p. 1-14.
- MENEZES, Leilane. SENHORAS DAS DORES: As mães que a Violência Policial Despedaçou. **Metrópoles**, 22 out. 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/materias-especiais/maes-que-perderam-seus-filhos-por-violencia-policial-lutam-por-justica>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- OLIVEIRA, Julvan. A concepção de pessoa na perspectiva afrodiaspórica. **Problemática**, [S. l.], p. 1-13, 21-11-2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/problemata/article/view/49117>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- POBREZA tem cor no Brasil, por Sueli Carneiro. [S. l.], 13 out. 2000. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pobreza-tem-cor-no-brasil/?amp=1>. Acesso em: 12 jun. 2023.

RIOS, A. M., & Mattos, H. M.. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi (rio De Janeiro)*, 5(8), 170–198. 2004.

RODA Viva | Conceição Evaristo | 06/09/2021. [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=O2bxQJH-Plk>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

TÓTORA, S. A questão democrática em Florestan Fernandes. **Lua Nova**, São Paulo, n. 48, p. 109-126, Dec.

UBUNTU: A Filosofia Africana Que Nutre O Conceito De Humanidade Em Sua Essência. **Portal Geledés**, 13 mar. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/ubuntu-filosofia-africana-conceito-de-humanidade-em-sua-essencia/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

UBUNTU: uma ética africana para repensar a sociedade brasileira. **Portal Geledés**, 6 fev. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/ubuntu-uma-etica-africana-para-repensar-a-sociedade-brasileira/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

UMUNTU ngumuntu nagabantu. **Portal Geledés**, 15 jun. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/umuntu-ngumuntu-nagabantu/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

Xavier, G. História Intelectual de Mulheres Negras: um novo “território existencial” historiográfico. **Revista História Hoje**, 11(22), 349–365. 2022.